

Caderno de Prova, Cargo M09, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Conhecimentos Especializados

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 100 questões numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**A curiosidade das crianças**

O escritor tcheco Milan Kundera, em seu mais famoso romance, “A Insustentável Leveza do Ser”, presta uma homenagem à curiosidade das crianças: “De fato, as únicas questões realmente sérias são aquelas que até uma criança pode formular. Elas são as questões sem resposta. Uma questão sem resposta é uma barreira intransponível. Em outras palavras, são as questões sem resposta que definem as limitações das possibilidades humanas, as que descrevem as fronteiras da existência humana”.

Que adulto nunca se deparou com uma criança fuzilando perguntas, “Por que isso? Mas por que aquilo?” Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos: “Pai, por que o céu é azul? O que acontece de dia com as estrelas? O que faz elas brilharem? Será que existe vida em outros planetas? Como a vida surgiu aqui? O que aconteceu com a vovó, depois que ela morreu? Quando você vai morrer?” “Ah, sei lá, filho! Pára de ficar fazendo perguntas. Vai jogar bola, vai!”

Esta semana dei uma palestra na escola de meu filho de 13 anos. Na realidade, não consegui dar a palestra. Um dia antes, o professor sugeriu que cada um dos alunos me desse uma pergunta por escrito, algo que quisessem saber sobre astronomia ou física. Resultado: recebi cem perguntas, todas relevantes, sobre assuntos de ponta em astrofísica.

Foi uma das melhores experiências da minha carreira como professor. Primeiro, pelo privilégio de poder falar para 50 crianças e jovens, com idades entre 10 e 14 anos. Segundo, pelo entusiasmo contagiante que emanava deles. Era possível sentir a eletricidade no ar, o interesse pelos assuntos, a curiosidade enorme de entender os mistérios do Universo, a tentativa de dar sentido à vida, de pô-la em contexto dentro da visão do mundo científico.

Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças, curiosos, perguntando-se sobre os mistérios do mundo. De minha parte, decidi que, a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.

(Marcelo Gleiser, **Folha de S. Paulo**, 04/02/07.)

1. De acordo com o trecho de Milan Kundera citado no primeiro parágrafo do texto, as perguntas das crianças
  - (A) são irresponsáveis porque não se prendem às preocupações dos adultos.
  - (B) têm a irrelevância dos enigmas que não admitem possibilidade de solução.
  - (C) constituem o limiar das soluções a que custosamente chegaram os adultos.
  - (D) são reveladoras dos impasses fundamentais do conhecimento humano.
  - (E) têm a relevância da ingenuidade capaz de elaborar soluções simples.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. O autor do texto sugere que as perguntas que fazemos quando crianças costumam ser retóricas, pois desde então sabemos que não têm resposta possível.
  - II. A curiosidade infantil é análoga à do cientista, razão pela qual o autor se sente estimulado pelas perguntas que lhe fazem os jovens estudantes.
  - III. Em sua experiência como convidado de uma escola, o autor percebeu que as preocupações de seus jovens interlocutores extrapolavam as dos cientistas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

  - (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

3. A razão pela qual o autor afirma que, na realidade, não conseguiu dar a palestra, explica-se pela
  - (A) forma de condução de sua participação no evento.
  - (B) iniciativa das crianças, que assumiram todas as falas.
  - (C) dificuldade de responder às questões levantadas.
  - (D) informalidade da situação e pela limitação dos temas.
  - (E) resistência que encontrou para suas explicações.

4. A expressão *a cada vez que sentir a chama falhar* (último parágrafo) tem, no contexto, sentido equivalente ao de
  - (A) tão logo sucumba à facilidade das respostas.
  - (B) conquanto me sinta estimulado a responder.
  - (C) sempre que esmorecer o interesse de questionar.
  - (D) uma vez que não esteja convicto das respostas.
  - (E) nos momentos em que me disponha a interrogar.

<p>5. <i>Que adulto nunca <u>se deparou</u> com uma criança <u>fuzilando</u> perguntas?</i></p> <p>Não haverá necessidade de qualquer alteração formal na frase acima caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) enfrentou - disparando          (B) se confrontou - insistindo          (C) se pôs diante - reiterando          (D) confrontou - metralhando          (E) se houve - descarregando</p>	<p>9. No contexto da frase <i>Como disse o físico I. I. Rabi, os cientistas são os “Peter Pans” da sociedade: querem permanecer crianças (...)</i>, os dois pontos assumem um sentido equivalente ao de uma expressão como</p> <p>(A) ainda assim.          (B) em que pese.          (C) conquanto.          (D) ao passo que.          (E) porquanto.</p>
<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Entre as questões essenciais, que a todo cientista deve importar, estão as que se prendem à origem e ao destino do ser humano.          (B) Não houvesse outras razões, bastaria a propriedade das perguntas que lhe dirigiu o público para fazê-lo sentir-se um professor privilegiado.          (C) Só é dado alimentarem a curiosidade e a insatisfação ao cientista que não abdica de fazer as perguntas fundamentais.          (D) Diante do interesse que representavam cada uma das perguntas que lhe cabiam responder, o professor sentiu-se um privilegiado.          (E) O autor considerou um privilégio o fato de o interrogarem, com perguntas tão instigantes, aquele público curioso que encontrou na escola.</p>	<p>10. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O fato de uma criança se dispuser a fazer tantas perguntas é indicativo da típica impaciência dos adultos que se esquivam das respostas.          (B) Ao mesmo tempo em que foi fascinante a experiência na escola do autor, o mesmo se daria com as crianças que não hesitaram ao lhe perguntar.          (C) O autor pôde sentir-se entre as crianças impregnado de sua energia, ao constatar que todas se manifestavam em real interesse pelo assunto.          (D) Os adultos jamais deveriam esquecer-se de que uma criança alimenta a mesma curiosidade de que também eles eram tomados antigamente.          (E) Os cientistas não dependem de haver uma resposta imediata para as perguntas em cujas se define o limite de seu próprio desconhecimento.</p>
<p>7. <i>Pena que tantos adultos tenham esquecido que, quando eram crianças, também perguntaram, aflitos, sobre os mistérios do mundo, da vida e da morte, e façam tão pouco esforço para responder às perguntas dos filhos, sobrinhos ou netos.</i></p> <p>O trecho acima passará a apresentar uma <b>incorreção</b> caso se substitua, sem outras providências,</p> <p>(A) <i>tenham esquecido</i> por <b>hajam se esquecido de</b>.          (B) <i>e façam tão pouco esforço</i> por <b>e despendam um esforço tão pequeno</b>.          (C) <i>quando eram crianças</i> por <b>à medida em que eram crianças</b>.          (D) <i>perguntaram</i> por <b>especularam</b>.          (E) <i>Pena que</i> por <b>É de se lamentar o fato de que</b>.</p>	<p>11. Todos os verbos estão corretamente empregados e flexionados na frase:</p> <p>(A) Se eu voltar à mesma escola e os alunos proporem as mesmas perguntas, os debates não deixarão de ter o mesmo calor da primeira vez.          (B) Se o autor do texto não retesse o mesmo entusiasmo de menino pelas perguntas, não haveria todo aquele magnetismo durante o colóquio.          (C) Ao autor aprouve suspender a palestra convencional e deter-se nas perguntas fundamentais que as crianças lhe propuseram.          (D) Imergia das questões formuladas aquela vitalidade própria das crianças que não se resignam à passividade diante dos mistérios do mundo.          (E) Seria interessante que os cientistas convissem em que é fundamental não perder o contato com a curiosidade que se constitui ainda na infância.</p>
<p>8. Exerce a função de <b>sujeito</b> a oração sublinhada no período:</p> <p>(A) Era possível <u>sentir a eletricidade no ar</u>.          (B) O escritor Milan Kundera escreveu um romance <u>em que presta uma homenagem à curiosidade das crianças</u>.          (C) Na realidade, não consegui <u>dar a palestra</u>.          (D) São as questões sem resposta <u>que definem as limitações humanas</u>.          (E) Houve a sugestão <u>de que cada um me desse uma pergunta por escrito</u>.</p>	<p>12. <i>De minha parte, decidi que a cada vez que sentir a chama falhar, visitarei uma escola e conversarei com as crianças.</i></p> <p>Uma nova, correta e coerente redação da frase acima poderia ser a seguinte:</p> <p>(A) Por mim, concluí de que quando a chama falhar, farei uma visita na escola e conversarei com as crianças.          (B) No que me diz a respeito, resolvi que, se a chama falhar, fazer uma visita à escola para conversar com as crianças.          (C) Por meu turno, propus-me a cada vez que sentir a chama falhar de fazer uma visita, onde conversarei com as crianças.          (D) De meu lado, fiquei convicto que, se a chama falhar, de ir visitar a escola e conversar com as crianças.          (E) Quanto a mim, tomei a decisão de, a cada vez que a chama falhar, fazer uma visita à escola e conversar com as crianças.</p>

13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Jamais ..... (satisfazer) as crianças aquele tipo de resposta convencional às perguntas essenciais que elas formulam.
  - (B) Como ..... (poder) ocorrer ao professor respostas exatas para um questionário irrespondível?
  - (C) Não ..... (dever) envergonhar a ninguém as lacunas do conhecimento humano sobre os mistérios do universo.
  - (D) A aflição a que ..... (levar) um cientista tais perguntas é a mesma que perturba as crianças.
  - (E) Quanto às questões que a mais ninguém ..... (conseguir) incomodar, ou já encontraram resposta ou não eram essenciais.

14. O equívoco quanto ao sentido exato de uma palavra ou expressão torna necessário **corrigir** seu emprego na seguinte frase:
- (A) Inteirado das questões que recebera, optou o professor pela forma do diálogo, abdicando da formalidade de uma palestra.
  - (B) Durante a palestra, o professor ficou feliz ao ver que o seu fascínio pelo assunto ia de encontro à legítima curiosidade dos alunos.
  - (C) Não é dada a todos os professores a faculdade de afinar seu interesse real pelo que seus alunos também mantêm vivo.
  - (D) As perguntas essenciais são como aquelas leis que jamais prescrevem: estão em todas as culturas e em todos os tempos.
  - (E) Quem não se provê de boas perguntas jamais chega a respostas de fato satisfatórias.

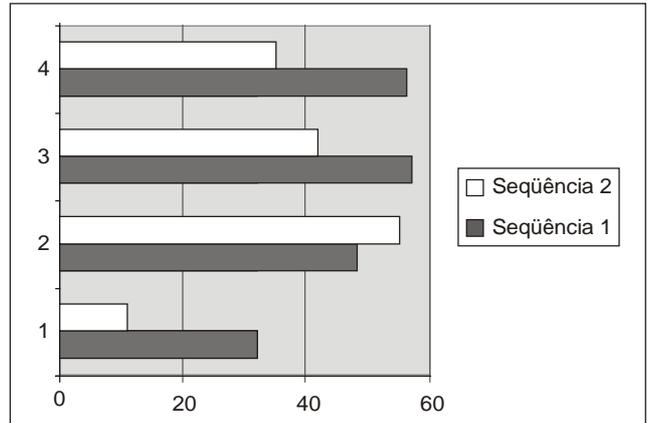
15. As estrelas brilham no céu, e quem fica a observar as estrelas, sentindo a magia das estrelas, considera as estrelas signos de um grande mistério.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:
- (A) lhes observar - sentindo a magia delas - considera-as.
  - (B) as observar - sentindo sua magia - lhes considera.
  - (C) observá-las - sentindo-as a magia - as considera.
  - (D) observá-las - sentindo-lhes a magia - considera-as.
  - (E) lhes observar - sentindo-lhes a magia - considera-lhes.

**Informática**

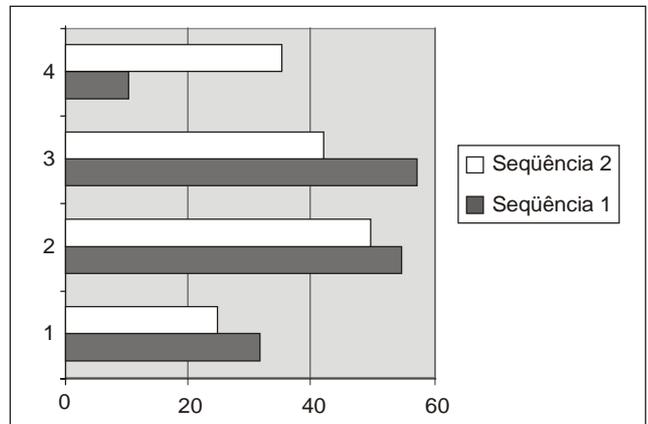
16. O Tribunal solicitou a formatação de um texto escrito em MS-Word 2000. Considerando que no texto formatado existem espaços entre linhas definidos como duplos, espaçamentos entre caracteres expandidos por dois pontos, posições em formato elevado por dez pontos e outras em rebaixado por 25 pontos, é correto que foram usadas apenas as funções de formatação de
- (A) parágrafo e fonte.
  - (B) parágrafo e fonte e de inserção de linhas.
  - (C) parágrafo.
  - (D) parágrafo e fonte e de exibição em estrutura de tópicos.
  - (E) fonte.

17. Considere, a seguir, as duas linhas e as quatro colunas de uma planilha MS-Excel 2000 e o gráfico padrão original elaborado automaticamente a partir do conteúdo dessas células:

	A	B	C	D
1	32	48	57	56
2	11	55	42	35



Sabe-se que um novo gráfico padrão original, a seguir, foi gerado automaticamente a partir de uma modificação no conteúdo das células da planilha:



É correto afirmar que foram feitas modificações

- (A) nas células A1, A2, C1 e D2, apenas.
- (B) nas células A2, B1, B2 e D1, apenas.
- (C) nas células C1 e C2, apenas.
- (D) nas células A2, B2 e D2, apenas.
- (E) em todas as células.

18. No Outlook Express 6 é possível definir o servidor de emails acessando, primeiramente, o menu Ferramentas e, após, trilhando o seguinte caminho:
- (A) Servidores, Email, Propriedades e Contas.
  - (B) Propriedades, Email, Contas e Servidores.
  - (C) Contas, Email, Propriedades e Servidores.
  - (D) Email, Contas, Servidores e Propriedades.
  - (E) Contas, Propriedades, Email e Servidores.

**Instruções:** Para responder às questões de números 19 e 20, considere o seguinte enunciado:

A política de informática e de uso de *sites* do Tribunal recomenda que:

§1º – As mensagens encaminhadas pela intranet não revelem seus destinatários.

§2º – As respostas às dúvidas gerais deverão ser, dentro do possível, pesquisadas em enciclopédias na internet, antes de outras ações.

§3º – Os resultados das pesquisas feitas, conforme §2º que sempre usam aplicativos acessados por meio do Internet Explorer (IE), quando forem impressos, deverão contemplar a correta formatação de página para que os textos não sejam truncados.

§4º – Havendo condições, a troca de mensagens com diálogo instantâneo terá precedência sobre a dos demais tipos.

§5º – A transferência de arquivos via internet deverá ser feita mediante uso de serviço de protocolo específico a essa finalidade, com proteção de acesso direcionada a usuário autorizado.

§6º – As apresentações de trabalhos para as autoridades deverão ser projetadas usando aplicativos específicos de audiovisual para projeção de filmes sonoros.

§7º – A versão dos aplicativos e ferramentas usados deverá ser a mais atual possível como, por exemplo, Internet Explorer, versão 6 em diante, e Outlook Express, versão 6 em diante, e sempre em sua configuração original.

19. Para atender ao especificado no §3º é necessário, estando no IE, acessar o menu
- (A) Ferramentas e depois a opção Gerenciar Complementos.
  - (B) Arquivo e depois a opção Gerenciar Complementos.
  - (C) Arquivo e depois a opção Configurar Impressão.
  - (D) Ferramentas e depois a opção Configurar Impressão.
  - (E) Arquivo e depois a opção Configurar Página.

20. É correto que
- (A) para atender às melhores práticas de segurança, um *backup* deve ser feito exclusivamente da seguinte forma: arquivos não modificados são sempre direcionados a periféricos externos do tipo CD ou disquete e os modificados devem ser sempre guardados em pastas específicas no *hard disk*.
  - (B) um *backup* é um dispositivo de gravação de cópias de segurança, normalmente conectado a uma porta paralela do computador.
  - (C) em um *hard disk*, não considerado um periférico, podem ser gravados arquivos dentro de pastas, mas não pastas dentro de pastas.
  - (D) um *pen drive* é um periférico onde podem ser gravadas pastas dentro de pastas ou arquivos dentro de pastas que podem ser classificados por nome, tipo e data de modificação.
  - (E) Uma porta serial universal não pode ser usada para conectar periféricos nos quais seriam gravadas cópias de arquivos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Constitucional**

21. Dentre as garantias constitucionais do direito de propriedade, prevê-se que
- (A) a pequena propriedade rural, definida em lei e desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora, salvo para assegurar pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
  - (B) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social será efetuada mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
  - (C) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não transmissível aos herdeiros, por seu caráter personalíssimo.
  - (D) a propriedade particular poderá ser objeto de uso pela autoridade competente, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior, independentemente da ocorrência de dano.
  - (E) a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será sempre regulada pela lei brasileira, independentemente do que estabelecer a lei pessoal do *de cuius*.
22. A Constituição da República considera crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei,
- (A) qualquer discriminação atentatória das liberdades fundamentais.
  - (B) o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
  - (C) a prática do racismo.
  - (D) o crime definido como hediondo.
  - (E) a prática de tortura.
23. A responsabilização do Presidente da República pelo cometimento de crimes de responsabilidade
- (A) importará na suspensão do Presidente do exercício de suas funções, por até 180 dias, contados do recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) somente é cabível no caso de ato atentatório à existência da União ou ao livre exercício dos Poderes constitucionais federais.
  - (C) sujeitará o Presidente da República à prisão, inclusive em flagrante delito, se configurada prática de infração penal comum.
  - (D) dependerá de admissão da acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e julgamento pelo Senado Federal.
  - (E) será submetida a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, em decorrência da prerrogativa de foro inerente ao exercício de suas funções.

24. A Constituição veda expressamente, em matéria orçamentária, a

- (A) vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvada, entre outros, a destinação de recursos para ações e serviços públicos de saúde.
- (B) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, incluídas quaisquer operações autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais.
- (C) transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, salvo por antecipação de receita, pelo Governo Federal, para pagamento de despesas com pessoal ativo dos Estados e Municípios.
- (D) transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, salvo se com prévia autorização legislativa ou ratificação posterior.
- (E) concessão ou a utilização de créditos ilimitados, sem prévia autorização legislativa.

25. A respeito da composição das Casas que integram o Congresso Nacional, a Constituição da República estabelece que

- (A) cada Deputado Federal será eleito com dois suplentes.
- (B) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (C) nenhuma das unidades da Federação terá menos de dez ou mais de setenta Deputados Federais.
- (D) cada Território elegerá quatro Deputados Federais e três Senadores.
- (E) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal.

26. NÃO será objeto de deliberação pelas Casas do Congresso Nacional a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir

- (A) o voto direto, secreto, universal e obrigatório.
- (B) a prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- (C) a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (D) a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.
- (E) a forma federativa de Estado.

27. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional da previdência e da assistência social:

- I. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- II. Nenhum benefício da previdência social que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
- III. Assim como a previdência, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- IV. A assistência social tem, dentre seus objetivos, a garantia de um salário mínimo de benefício bimestral à pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

28. A decretação da intervenção da União em Estado-membro por recusa à execução de lei federal dependerá de

- (A) apreciação pelo Congresso Nacional e de nomeação de interventor.
- (B) solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido.
- (C) requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- (E) requisição do Tribunal de Justiça da respectiva unidade da Federação.

<p>29. Nos termos da Constituição da República, compete aos Estados-membros da Federação</p> <p>(A) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.</p> <p>(B) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.</p> <p>(C) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem por seu território ou nele permaneçam temporariamente.</p> <p>(D) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal pertinente.</p> <p>(E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo.</p>	<p>32. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o servidor público terá aposentadoria</p> <p>(A) compulsória, aos 60 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p> <p>(B) compulsória, aos 70 anos de idade, com proventos integrais, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(C) voluntária, aos 30 anos de serviço público, se homem, e aos 25 anos de serviço público, se mulher, com proventos integrais, desde que cumpridos ao menos 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(D) voluntária, aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p> <p>(E) voluntária, aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que cumpridos ao menos 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.</p>
<p>30. A Constituição da República contempla, como garantia da liberdade de pensamento, a escusa ou objeção de consciência, pela qual</p> <p>(A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.</p> <p>(B) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.</p> <p>(C) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.</p> <p>(D) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.</p> <p>(E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.</p>	<p>33. Segundo a Lei nº 8.987/95, na concessão de serviço público</p> <p>(A) há a delegação da titularidade de determinado serviço público a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas.</p> <p>(B) exige-se prévia licitação, na modalidade tomada de preços, sendo vedada qualquer preferência em razão da nacionalidade dos licitantes.</p> <p>(C) é necessário que este se constitua em empresa antes de celebrar o contrato de concessão, em sendo o licitante vencedor um consórcio.</p> <p>(D) os respectivos contratos poderão prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, como a arbitragem.</p> <p>(E) a encampação dispensa lei autorizativa específica, mas exige prévio pagamento da indenização à concessionária.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>31. A impugnação do instrumento convocatório da licitação por qualquer cidadão deve ocorrer até</p> <p>(A) 2 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de preclusão administrativa.</p> <p>(B) 2 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de decadência administrativa.</p> <p>(C) 3 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de prescrição administrativa.</p> <p>(D) 5 dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de prescrição administrativa.</p> <p>(E) 5 dias antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sob pena de decadência administrativa.</p>	<p>34. Sobre os consórcios públicos, é correto afirmar que</p> <p>(A) são os acordos firmados entre pessoas jurídicas políticas ou entre pessoa jurídica política e entidade privada, com vistas ao fomento de atividade privada de interesse público.</p> <p>(B) são os acordos firmados entre pessoas jurídicas políticas de mesmo nível de governo, com vistas ao fomento de atividades de interesse comum.</p> <p>(C) adquirirão personalidade jurídica de direito público ou de direito privado com a sua celebração.</p> <p>(D) independem, assim como os convênios, de autorização legislativa para serem celebrados.</p> <p>(E) não estão dispensados de participar de procedimento licitatório para as contratações feitas pela Administração direta ou indireta das entidades políticas consorciadas.</p>

<p>35. Consoante a Lei nº 11.079/04, as parcerias público-privadas são firmadas pelo Poder Público e pela entidade privada interessada mediante</p> <p>(A) consórcio administrativo.</p> <p>(B) contrato de concessão.</p> <p>(C) convênio.</p> <p>(D) permissão de serviço público.</p> <p>(E) autorização de serviço público.</p>	<p>38. São princípios constitucionais informativos do Direito Administrativo:</p> <p>(A) legalidade, publicidade e pessoalidade.</p> <p>(B) eficiência, legalidade e contraditório.</p> <p>(C) descontinuidade, igualdade e improbidade.</p> <p>(D) moralidade, disponibilidade e supremacia do interesse público.</p> <p>(E) arbitrariedade, publicidade e eficiência.</p>
<p>36. Em matéria de organização da Administração Pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) descentralização administrativa consiste na transferência <i>interna corporis</i> da execução e da titularidade de serviços públicos aos diversos órgãos que compõem a Administração direta, fundada no poder hierárquico e na divisão de trabalho.</p> <p>(B) desconcentração administrativa consiste na transferência da prestação de serviços públicos a entidades dotadas de personalidade jurídica, distinta da Administração Pública central, constituindo o que a doutrina denomina de Administração indireta.</p> <p>(C) a descentralização administrativa concretiza-se mediante delegação, ao passo que a desconcentração se dá por meio da outorga de determinadas atribuições à entidade da administração indireta.</p> <p>(D) desconcentração administrativa ocorre quando há uma pluralidade de pessoas jurídicas públicas com competências políticas distintas, as quais encontram-se investidas no poder de fixar os altos interesses da coletividade, o que ocorre nos Estados Federais, compostos de Estados-Membros e, no Brasil, de Municípios e do Distrito Federal.</p> <p>(E) descentralização administrativa consiste na transferência da titularidade e da execução de serviços públicos a entidades dotadas de personalidade jurídica própria, distintas da Administração Pública direta, constituindo a denominada Administração indireta.</p>	<p>39. De acordo com a Lei federal nº 8.666/93,</p> <p>(A) o licitante vencedor do certame, quando do pronunciamento do resultado final de classificação das propostas, adquire o direito subjetivo de contratar com a Administração, sendo vedado ao Poder Público revogar o procedimento licitatório.</p> <p>(B) o pregão é modalidade de licitação que admite as formas presencial ou eletrônica e cuja adoção faz-se, por lei, obrigatória nas compras e contratações de serviços comuns pela União.</p> <p>(C) é dispensável a licitação nas contratações de obras e serviços de engenharia no valor de até R\$ 30 mil, feitas por consórcios públicos, empresas estatais e autarquias e fundações qualificadas como agências executivas.</p> <p>(D) as hipóteses de inexigibilidade nela enumeradas (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) são taxativas.</p> <p>(E) compete privativamente à União legislar sobre normas gerais e especiais de licitação aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>
<p>37. São entidades que integram a Administração Indireta brasileira:</p> <p>(A) a ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Banco do Brasil e a FUNAI – Fundação Nacional do Índio.</p> <p>(B) o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a Secretaria da Receita Federal e a Empresa de Correios e Telégrafos.</p> <p>(C) a Petrobrás, a Casa Civil e a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.</p> <p>(D) as organizações sociais, a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p> <p>(E) o SESC – Serviço Social do Comércio, o Ministério da Educação e o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.</p>	<p>40. Repercute na esfera administrativa, em favor do servidor público acusado, a sentença proferida pelo juízo criminal absolvendo-o em razão de</p> <p>(A) restar provada a inexistência do fato.</p> <p>(B) não constituir o fato infração penal.</p> <p>(C) não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal.</p> <p>(D) não existir prova suficiente para a condenação.</p> <p>(E) não haver prova da existência do fato.</p>

**Direito Financeiro**

41. Dispõe a Lei nº 4.320/64 que a Lei de Orçamento
- (A) consignará dotações globais destinadas a atender, indiferentemente, a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
  - (B) compreenderá todas as receitas, excluindo-se as operações de créditos, mesmo quando essas operações forem autorizadas por lei.
  - (C) poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância.
  - (D) conterà as receitas e as despesas pelos seus totais e respectivas deduções.
  - (E) dispensará autorização do Executivo para realizar operações de crédito por antecipação de receitas.

42. Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica denominam-se créditos
- (A) suplementares.
  - (B) especiais.
  - (C) extraordinários.
  - (D) tributários.
  - (E) ordinários.

43. A Constituição Federal dispõe que
- (A) as leis orçamentárias são de iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.
  - (B) os projetos de leis orçamentárias serão apreciados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - (C) é permitido o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
  - (D) a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.
  - (E) a lei orçamentária anual proibirá expressamente a autorização para contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

44. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) dificulta a renúncia de receita pública, fixando condições para a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária, dispondo, entretanto, que tais regras não se aplicam às alterações das alíquotas dos impostos sobre
- (A) importação, exportação, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativos a títulos ou valores imobiliários.
  - (B) operações financeiras, circulação de mercadorias e serviços, propriedade territorial rural e propriedade predial e territorial urbana.
  - (C) propriedade predial e territorial urbana, exportação, propriedade territorial rural e propriedade de veículos automotores.
  - (D) produtos industrializados, exportação, circulação de mercadorias e serviços e transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
  - (E) renda e proventos de qualquer natureza, exportação, propriedade territorial rural e transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

45. Considere as frases abaixo, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal:
- I. A lei não pode permitir a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas.
  - II. O Banco Central do Brasil está impedido de conceder às instituições financeiras operações de descontos e de empréstimos.
  - III. A destinação de recursos para cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender as condições da lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

46. A Constituição Federal vigente classifica o orçamento público anual em
- (A) orçamento fiscal, orçamento de investimento das empresas estatais e orçamento da seguridade social.
  - (B) plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento fiscal.
  - (C) orçamento de investimento das empresas estatais, plano plurianual e orçamento da seguridade social.
  - (D) lei de diretrizes orçamentárias, orçamento fiscal e orçamento da previdência social.
  - (E) orçamento fiscal, orçamento extrafiscal e diretrizes orçamentárias.

<p>47. Quanto à transparência da gestão fiscal do Executivo Federal, é correto afirmar:</p> <p>(A) As contas apresentadas pelo Chefe do Executivo ficarão disponíveis durante o prazo de seis meses, no respectivo Tribunal de Contas.</p> <p>(B) O relatório de gestão fiscal será assinado pelo Presidente da República, pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, dentre outros.</p> <p>(C) A prestação de contas da União conterà demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, excluindo-se desses o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>(D) É vedada a participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.</p> <p>(E) É vedada a divulgação dos orçamentos por meios eletrônicos, incluindo nesses a Internet.</p>	<p>50. A respeito do exercício financeiro, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não-processadas.</p> <p>(B) A lei de diretrizes orçamentárias inclui as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.</p> <p>(C) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.</p> <p>(D) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.</p> <p>(E) Conforme a Constituição Federal vigente, cabe à lei ordinária dispor sobre exercício financeiro.</p>
<p>48. Sobre as vedações em matéria tributária, considere:</p> <p>I. É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.</p> <p>II. É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem qualquer ressalva.</p> <p>III. É vedada a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Noções de Contabilidade e Auditoria</b></p> <p>51. Na apuração do Resultado pelo Regime de Caixa devem ser excluídas</p> <p>(A) as perdas de capital, os ganhos de capital e as receitas a prazo.</p> <p>(B) as receitas a prazo, as despesas provisionadas e as depreciações do período.</p> <p>(C) as despesas desembolsadas, as receitas de capital e as receitas a prazo.</p> <p>(D) as despesas desembolsadas, as amortizações de capital e as despesas não-operacionais.</p> <p>(E) as despesas não-operacionais, as depreciações do período e os gastos provisionados.</p>
<p>49. A respeito da receita pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) dispõe que</p> <p>(A) a instituição, previsão e efetiva arrecadação das receitas originárias e derivadas constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.</p> <p>(B) as transferências voluntárias de receitas públicas de um ente da federação para outro não podem sofrer quaisquer espécies de restrições ou suspensões.</p> <p>(C) o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.</p> <p>(D) a reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.</p> <p>(E) o cancelamento de débito não é permitido, seja qual for o seu valor.</p>	<p>52. Os créditos concedidos a controladas decorrentes de transações não-operacionais, quando da elaboração do balanço patrimonial, são evidenciados no</p> <p>(A) Ativo Circulante.</p> <p>(B) Passivo Circulante.</p> <p>(C) Ativo Permanente Investimentos.</p> <p>(D) Passivo Exigível a Longo Prazo.</p> <p>(E) Ativo Realizável a Longo Prazo.</p>

<p>53. Serão classificados no Ativo Permanente Imobilizado os direitos</p> <p>(A) de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou empresa.</p> <p>(B) que serão realizáveis somente no curso do exercício social subsequente àquele que está sendo encerrado.</p> <p>(C) que serão transformados em moeda após o término do exercício seguinte.</p> <p>(D) que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da empresa.</p> <p>(E) que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.</p>	<p>57. NÃO são consideradas receitas de Capital</p> <p>(A) as decorrentes de amortização de empréstimos concedidos e as decorrentes de tributos e contribuições.</p> <p>(B) somente as originadas na arrecadação tributária e as decorrentes da prestação de serviços.</p> <p>(C) as formadas pela conversão em espécie de bens e direitos e as decorrentes da arrecadação de contribuições.</p> <p>(D) as provenientes de recursos financeiros de outras pessoas de direito público e privado destinadas exclusivamente a atender os gastos com subvenções econômicas.</p> <p>(E) aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas.</p>
<p>54. De acordo com a Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, deverão ser classificadas, no Ativo Realizável a Longo Prazo, as contas a receber</p> <p>(A) vencidas há mais de 365 dias do faturamento.</p> <p>(B) com vencimento até 365 dias do faturamento.</p> <p>(C) que superarem o exercício seguinte ao balanço.</p> <p>(D) com vencimento no exercício subsequente ao balanço.</p> <p>(E) com vencimento até o fechamento do balanço.</p>	<p>58. Quando a receita prevista for superior à receita arrecadada tem-se</p> <p>(A) um excesso de arrecadação.</p> <p>(B) uma insuficiência de arrecadação.</p> <p>(C) um déficit orçamentário.</p> <p>(D) uma situação de excesso de execução.</p> <p>(E) um superávit patrimonial.</p>
<p>55. A Cia. de Limpeza Maravilha é contratada pela Cia. Alterosa para prestar serviços de limpeza durante 5 anos. Na assinatura do contrato, recebe o valor de 1 milhão de reais, correspondente ao montante total dos serviços contratados. O procedimento contábil indicado para o registro dessa operação, na empresa prestadora de serviços, no momento da assinatura e no recebimento total do contrato, seria</p> <p>(A) registrar como passivo o valor contratado.</p> <p>(B) reconhecer como receita do período o valor total recebido.</p> <p>(C) lançar o valor do contrato como conta do Ativo Diferido.</p> <p>(D) registrar o total contratado como Resultado de Exercícios Futuros.</p> <p>(E) contabilizar o valor contratado como redutora de ativo.</p>	<p>59. Ao avaliar o ambiente de controle existente na empresa o auditor NÃO deve considerar</p> <p>(A) a relevância dos valores registrados.</p> <p>(B) o processo decisório adotado na entidade.</p> <p>(C) as políticas de pessoal e segregação de funções.</p> <p>(D) a estrutura organizacional da empresa.</p> <p>(E) a definição de funções de toda a administração.</p>
<p>56. A empresa Independente contrata, em 01.02.2006, uma operação de desconto de uma nota promissória, com vencimento em 120 dias e juros de 5% ao mês. Em fevereiro, por ocasião do registro dessa transação, os juros incidentes na operação são registrados contabilmente como</p> <p>(A) uma despesa operacional.</p> <p>(B) juros a pagar.</p> <p>(C) uma despesa não-operacional.</p> <p>(D) encargos a transcorrer.</p> <p>(E) resultado financeiro.</p>	<p>60. A empresa Logística S.A. possui unidades em todos os Estados do Brasil. Para atender com qualidade seus clientes faz diversas transferências entre seus depósitos para garantir o fornecimento de seus produtos. O controle dos estoques é feito de forma sistêmica pelo setor de gestão de estoques, que efetua os registros contábeis, e o controle físico é feito pelo setor de expedição e almoxarifado. Esse procedimento no ambiente de controle refere-se a</p> <p>(A) realização de inventário físico permanente.</p> <p>(B) investigação substantiva de área.</p> <p>(C) segregação de funções.</p> <p>(D) integração de atividades.</p> <p>(E) mensuração de componentes.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS**

**Atuária**

61. Os registros da Secretaria de Segurança mostraram que durante o mês de fevereiro de 2007, em certo bairro, aconteceram 360 roubos e furtos de veículos. As anotações registram 135 roubos e furtos de veículos importados. Tomando-se como base os resultados dessas observações, espera-se que a ocorrência de roubos e furtos de veículos importados no mês de março de 2007 seja de
- (A) 37,25%
  - (B) 37,50%
  - (C) 38,00%
  - (D) 38,50%
  - (E) 38,75%
- 
62. A expectativa de uma pessoa passar em um concurso público, sabendo que para o cargo que escolheu existem 20 vagas e 2.500 candidatos inscritos, é de 1 em
- (A) 110
  - (B) 115
  - (C) 120
  - (D) 125
  - (E) 130
- 
63. A diretoria de uma seguradora vai sortear, ao acaso, dois atuários de um grupo de seis para um Curso de Atualização no exterior. De quantas maneiras essas duas vagas podem ser preenchidas?
- (A) 25
  - (B) 22
  - (C) 20
  - (D) 18
  - (E) 15
- 
64. O capital de R\$ 25.000,00 permaneceu aplicado em uma instituição financeira durante 1 ano e 3 meses. Se a taxa de juros adotada foi de 12% a.a., os juros simples desse período corresponderam a
- (A) R\$ 3.750,00
  - (B) R\$ 3.550,00
  - (C) R\$ 3.250,00
  - (D) R\$ 3.150,00
  - (E) R\$ 2.950,00

**Instruções:** Para responder às questões de números 65 e 66, utilize a tabela abaixo, que fornece o fator de valor atual de uma série de n pagamentos, à taxa de 5%.

n	fator de valor atual	n	fator de valor atual
1	0,9524	13	9,3936
2	1,8594	14	9,8986
3	2,7232	15	10,3797
4	3,5460	16	10,8378
5	4,3295	17	11,2741
6	5,0757	18	11,6896
7	5,7864	19	12,0853
8	6,4632	20	12,4622
9	7,1078	21	12,8212
10	7,7217	22	13,1630
11	8,3064	23	13,4886
12	8,8633	24	13,7986

65. Um estudante fez um empréstimo bancário de R\$ 15.000,00 para pagar dívidas com a sua faculdade. Ele pagará o empréstimo em 24 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira ao completar um mês do empréstimo. Foi utilizado o Sistema Francês de Amortização, com taxa mensal de 5%. O valor de cada prestação é
- (A) R\$ 905,28  
 (B) R\$ 1.051,24  
 (C) R\$ 1.087,07  
 (D) R\$ 1.185,26  
 (E) R\$ 1.251,15
- 
66. Um aposentado foi a uma loja comprar um eletrodoméstico, cujo valor à vista era de R\$ 1.700,00. Deu uma entrada de R\$ 300,00 e financiou o restante pelo Sistema Francês de Amortização em 11 prestações mensais iguais e consecutivas, vencendo a 1ª ao completar um mês da compra. Se a taxa cobrada no financiamento foi de 5% ao mês, a parcela de juros da 3ª prestação foi
- (A) R\$ 72,73  
 (B) R\$ 68,41  
 (C) R\$ 62,37  
 (D) R\$ 59,90  
 (E) R\$ 55,40
- 
67. Um empresário financiou R\$ 180.000,00 em um banco para pagar dívidas de sua empresa. Ele pagará o financiamento em 60 parcelas mensais de R\$ 6.503,93, sempre ao final de cada mês, a uma taxa de juros mensal de 3%. Sabendo que o financiamento foi feito pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), o saldo devedor, imediatamente após a liquidação da 2ª prestação, será
- (A) R\$ 177.759,02  
 (B) R\$ 176.415,10  
 (C) R\$ 175.421,28  
 (D) R\$ 172.380,15  
 (E) R\$ 170.210,25
- 
68. Sabe-se que o Patrimônio Inicial de um Plano de Aposentadoria é de R\$ 256.000,00, o Patrimônio Final de R\$ 284.800,00, sem movimento mensal. A taxa de rentabilidade Patrimonial desse Plano de Aposentadoria é de
- (A) 1,50%  
 (B) 6,42%  
 (C) 11,25%  
 (D) 12,95%  
 (E) 15,02%

69. Considere o  $l_x$  Tábua de Mortalidade “AT-83M”, abaixo.

Idade	$l_x$	$L_x$	$T_x$	$e^o_x$
40	978,63393		39.396,788515	40,256921
41	977,32256	976,594455	38.418,810270	39,310266
42	975,86635	975,051500	37.442,215815	38,368180
43	974,23665	973,315995	36.467,164315	37,431526
44	972,39534	971,359740	35.493,848320	36,501459
45	970,32414	969,159750		35,578305
46	967,99536	966,693405	33.553,328830	34,662696
47	965,39145	963,938540	32.586,635425	33,754842
48	962,48563	960,878275	31.622,696885	32,855241
49	959,27092	957,501065	30.661,818610	
50	955,73121	953,791080	29.704,317545	31,080200

Os valores  $L_{40}$ ,  $T_{45}$  e  $e^o_{49}$  que faltam na tabela são, respectivamente:

- (A) 976,898542; 34.424,178430 e 31,963669
- (B) 976,898542; 34.522,488580 e 31,963669
- (C) 977,978245; 34.522,488580 e 32,004586
- (D) 977,978245; 34.424,178430 e 32,004586
- (E) 977,978245; 34.522,488580 e 31,963669

70. Considere a Tábua de Mortalidade “AT-83M” e a taxa de juros de 6% ao ano.

Idade	$l_x$	$D_x$	$N_x$
40	978,63393	95,144932	1.467,901064
41	977,32256	89,639092	1.372,756132
42	975,86635		1.283,117040
43	974,23665	79,526571	1.198,677861
44	972,39534	74,883269	1.119,151290
45	970,32414	70,494121	
46	967,99536	66,344278	973,773900
47	965,39145	62,420577	907,429622
48	962,48563		845,009045
49	959,27092	55,201882	786,298958
50	955,73121	51,885082	

Os dados que faltam da tabela de comutação dos valores de  $D_{42}$ ,  $D_{48}$ ,  $N_{45}$  e  $N_{50}$  são, respectivamente:

- (A) 84,439179; 58,710087; 1.044,268021; e 731,097076
- (B) 84,439179; 57,182057; 1544,1218201; e 799,197562
- (C) 84,439179; 67,182057; 1.044,268021; e 719,197562
- (D) 81,952782; 58,710086; 1.444,268021; e 719,197562
- (E) 94,952782; 58,710087; 1.101,1218021; e 731,097076

71. Um participante de um Plano de Aposentadoria precisa saber qual será o valor de seu benefício na data da aposentadoria, sendo que a meta do benefício é 80% do último salário.

Considere as hipóteses e os dados abaixo.

1. Idade do Participante: 55 anos (no início do ano)
2. Idade na Aposentadoria: 60 anos (no início do ano)
3. Salário Mensal: R\$ 3.360,00
4. Crescimento Real dos Salários: 5% ao ano no 1º ano, 4% ao ano no 2º ano, 2% ao ano no 3º ano, 1% ao ano a partir do 4º ano

O valor do benefício na data da aposentadoria será

- (A) R\$ 2.525,79
- (B) R\$ 3.054,18
- (C) R\$ 3.345,59
- (D) R\$ 3.817,73
- (E) R\$ 4.215,08

72. Considere os seguintes dados:

1. Idade do Aposentado: 50 anos
2. Tábua de Morte de Invalidez: “MI-85M”
3. Taxa de Juros: 6% ao ano
4. Valor do Benefício: R\$ 1.105,02
5. Quantidade de pagamentos no ano: 12
6. Renda vitalícia no fim de cada mês

Idade	$I_{xi}$	$D_{xi}$	$N_{xi}$
45	59.236,183778	4.303,5132	51.244,8121
46	58.042,741780	3.978,1222	46.941,2989
47	56.849,716563	3.675,8063	42.963,1767
48	55.656,384124	3.394,9506	39.287,3704
49	54.462,040698	3.134,0543	35.892,4198
50	53.265,975859	2.891,7226	32.758,3655
51	52.067,491402	2.666,6593	29.866,6429
52	50.865,902516	2.457,6598	27.199,9836
53	49.660,543397	2.263,6048	24.742,3238
54	48.450,770646	2.083,4542	22.478,7190
55	47.235,972953	1.916,2417	20.395,2648

A Reserva Matemática de Aposentadoria por Invalidez de um participante de um Plano de Aposentadoria, no momento em que completar 50 anos de idade, é

- (A) R\$ 142.065,29
- (B) R\$ 142.958,31
- (C) R\$ 143.033,64
- (D) R\$ 144.138,66
- (E) R\$ 144.469,84

Instruções: Utilize os dados a seguir para responder às questões de números 73 a 80.

Tábua de Mortalidade: “AT-2000M”  
 Juros: 6 % a.a. (0,486755% a.m.)

Idade	$l_x$	$D_x$	$N_x$	$S_x$	$C_x$	$M_x$
25	987.700,7110	230.132,9130	3.853.286,0548	59.225.566,0117	133,7376	12.022,3813
26	987.092,2874	216.972,7841	3.623.153,1418	55.372.279,9569	130,7977	11.888,6437
27	986.461,5354	204.560,5080	3.406.180,3577	51.749.126,8151	127,1749	11.757,8460
28	985.811,4573	192.854,4364	3.201.619,8497	48.342.946,4574	122,8082	11.630,6711
29	985.146,0345	181.815,3393	3.008.765,4133	45.141.326,6077	117,8369	11.507,8629
30	984.469,2392	171.406,0681	2.826.950,0740	42.132.561,1944	112,2225	11.390,0260
31	983.786,0176	161.591,6154	2.655.544,0059	39.305.611,1204	106,5590	11.277,8035
32	983.098,3511	152.338,3612	2.493.952,3905	36.650.067,1145	100,6008	11.171,2445
33	982.410,1823	143.614,8343	2.341.614,0293	34.156.114,7240	94,9755	11.070,6437
34	981.721,5127	135.390,7172	2.197.999,1950	31.814.500,6947	89,6644	10.975,6682
35	981.032,3442	127.637,4273	2.062.608,4778	29.616.501,4997	84,7705	10.886,0038
36	980.341,6975	120.327,8968	1.934.971,0505	27.553.893,0219	81,6186	10.801,2333
37	979.636,8318	113.435,2651	1.814.643,1537	25.618.921,9714	80,1538	10.719,6147
38	978.903,0838	106.934,2472	1.701.207,8886	23.804.278,8177	80,3016	10.639,4609
39	978.123,8770	100.801,0638	1.594.273,6414	22.103.070,9291	82,1624	10.559,1593
40	977.278,7779	95.013,1808	1.493.472,5776	20.508.797,2877	85,4222	10.476,9969
41	976.347,4312	89.549,6540	1.398.459,3968	19.015.324,7101	89,9721	10.391,5747
42	975.307,6212	84.390,8336	1.308.909,7428	17.616.865,3133	95,6164	10.301,6026
43	974.136,2768	79.518,3775	1.224.518,9092	16.307.955,5705	102,1736	10.205,9862
44	972.809,5032	74.915,1637	1.145.000,5317	15.083.436,6613	109,3337	10.103,8126
45	971.304,5669	70.565,3490	1.070.085,3680	13.938.436,1296	116,6325	9.994,4789
46	969.602,8413	66.454,4514	999.520,0190	12.868.350,7616	123,7557	9.877,8464
47	967.688,8453	62.569,1230	933.065,5676	11.868.830,7426	130,5097	9.754,0907
48	965.549,2852	58.896,9647	870.496,4446	10.935.765,1750	136,6854	9.623,5810
49	963.174,0340	55.426,4889	811.599,4799	10.065.268,7304	142,2788	9.486,8956
50	960.553,2374	52.146,8617	756.172,9910	9.253.669,2505	147,2903	9.344,6168
51	957.677,3410	49.047,8623	704.026,1293	8.497.496,2595	151,7245	9.197,3265
52	954.537,1170	46.119,8437	654.978,2670	7.793.470,1302	155,5892	9.045,6020
53	951.123,6923	43.353,6973	608.858,4233	7.138.491,8632	158,8545	8.890,0128
54	947.429,5279	40.740,8599	565.504,7260	6.529.633,4399	161,5414	8.731,1583
55	943.447,4816	38.273,2322	524.763,8661	5.964.128,7139	163,7083	8.569,6169
56	939.169,8907	35.943,1145	486.490,6339	5.439.364,8478	165,3383	8.405,9086
57	934.590,4983	33.743,2602	450.547,5194	4.952.874,2139	166,4243	8.240,5703
58	929.704,4592	31.666,8401	416.804,2592	4.502.326,6945	167,0874	8.074,1460
59	924.504,6222	29.707,2900	385.137,4191	4.085.522,4353	167,8182	7.907,0586
60	918.968,6885	27.857,9271	355.430,1291	3.700.385,0162	168,9347	7.739,2404
61	913.061,5577	26.112,1287	327.572,2020	3.344.954,8871	170,7881	7.570,3057
62	906.731,3020	24.463,2955	301.460,0733	3.017.382,6851	173,5509	7.399,5176

73. Considere uma população com 8.768 pessoas e com a distribuição etária nos moldes da tabela a seguir:

Idade	População
35	3592
36	2918
37	2258

A população provável daqui a 5 anos, sem considerar novas entradas, admitindo a mortalidade conforme a Tábua de Mortalidade “AT-2000M”, será de

- (A) 8.585
- (B) 8.605
- (C) 8.638
- (D) 8.736
- (E) 8.732

74. Um jogador de futebol com 28 anos de idade preocupado com o período curto da carreira, resolveu contratar um Plano de Aposentadoria com cobertura de morte durante o prazo de diferimento. Caso ele morra nos próximos 10 anos haverá uma indenização aos seus herdeiros, no valor de R\$ 1.200.000,00. Sabe-se que ele irá pagar durante 10 anos prêmios anuais, no início de cada período e a companhia utiliza a “Tábua AT-2000M” a juros de 6% ao ano (0,486755% a.m.).

O Prêmio Anual Puro – PAP da data da contratação do plano será de

- (A) R\$ 1.680,00
- (B) R\$ 1.300,00
- (C) R\$ 929,57
- (D) R\$ 792,75
- (E) R\$ 720,40

75. O Atuário do Tribunal de Contas precisa analisar um Plano de Aposentadoria de uma das autarquias do Estado, entretanto, para ter certeza do valor que está analisando, ele necessita calcular a Reserva Matemática de Benefício Concedido – RMBC do Plano.

Dados:

1. Idade média na concessão das aposentadorias normais: 60 anos
2. Benefício médio na concessão: R\$ 1.505,00
3. Tábua de Mortalidade: “AT-2000M”
4. Taxa de juros: 6% ao ano (0,486755% a.m)
5. Quantidade de pagamentos no ano: 12
6. Renda Vitalícia Postecipada

O valor da RMBC do plano, considerando 60 anos de idade na data de concessão do benefício, é

- (A) R\$ 222,098,25
- (B) R\$ 220.639,10
- (C) R\$ 220.980,67
- (D) R\$ 221,312,27
- (E) R\$ 221.879,57

76. Considere os dados abaixo.

1. Total de Participantes: 125
2. Salário Médio Anual: R\$ 16.944,00
3. Orçamento Anual das Despesas: R\$ 26.475,00

A taxa média de contribuição administrativa de um plano de aposentadoria, sobre a folha anual de salários de contribuição dos participantes, calculada pelo método do Regime de Caixa, considerando os dados apresentados, é de

- (A) 1,10%
- (B) 1,15%
- (C) 1,18%
- (D) 1,20%
- (E) 1,25%

77. Um participante de um Plano de Aposentadoria de Renda Variável está perto da aposentadoria e gostaria de saber qual será o valor de seu benefício, sabendo-se que as regras de seu plano prevêm a escolha entre uma Renda Vitalícia, calculada sobre o saldo total das suas contas, e uma Renda em Percentual do saldo da sua conta.

Dados do participante:

1. Idade média das aposentadorias normais: 60 anos
2. Tábua Mortalidade: "AT-2000M"
3. Taxa de Juros: 6% ao ano (0,486755% a.m.)
4. Quantidade de pagamentos no ano: 12
5. Percentual do Saldo: 0,8%
6. Saldo total das suas contas: R\$ 850.000,00

Assim, os valores da Renda Vitalícia e a Renda em Percentual do Saldo da sua Conta, respectivamente, serão:

- (A) R\$ 5.797,93 e R\$ 6.800,00
- (B) R\$ 5.797,93 e R\$ 6.745,23
- (C) R\$ 5.687,39 e R\$ 6.800,00
- (D) R\$ 5.687,39 e R\$ 6.745,23
- (E) R\$ 5.494,93 e R\$ 6.800,00

78. Um professor, atualmente com 40 anos de idade, decide contratar um seguro de vida, cuja apólice prevê um pagamento de R\$ 500.000,00 aos seus beneficiários, no caso de seu falecimento, com vigência até os 58 anos de idade. Caso o segurado sobreviva a essa idade, ele mesmo irá à seguradora para receber esta quantia.

Dados:

1. Tábua de Mortalidade: "AT-2000M"
2. Taxa de Juros: 6% ao ano (0,486755% a.m.)

Sabendo que o prêmio é antecipado e será pago em 10 anos com taxa de administração de 10% a.a. sobre os prêmios, o professor deverá pagar, anualmente,

- (A) R\$ 23.987,25
- (B) R\$ 24.109,89
- (C) R\$ 24.584,59
- (D) R\$ 25.218,12
- (E) R\$ 25.671,53

79. Um participante assistido de um plano de aposentadoria, ao falecer, deixa para a sua esposa um benefício de Pensão por Morte. Trata-se de uma renda vitalícia equivalente a 70% do valor do benefício que vinha recebendo.

Dados:

1. Idade da Esposa: 50 anos
2. Benefício vitalício que o falecido recebia era de R\$ 3.500,00
3. Tábua de Mortalidade: "AT-2000M"
4. Taxa de Juros: 6% ao ano (0,486755% a.m.)
5. Quantidade de pagamentos no ano: 12
6. Renda vitalícia no fim de cada mês

A Reserva Matemática de Benefício Concedido da Pensão, considerando os dados apresentados e a esposa com 50 anos de idade, é de

- (A) R\$ 409.613,73
- (B) R\$ 410.399,52
- (C) R\$ 410.987,46
- (D) R\$ 411.869,68
- (E) R\$ 412.245,25

80. Um empregado com 40 anos de idade faz a adesão a um plano de Aposentadoria em um Fundo de Pensão, que permitirá que ele receba uma renda mensal vitalícia postecipada aos 60 anos de idade. Conforme regulamento do plano, seu benefício será igual ao seu salário mensal que é de R\$ 3.650,00. Utilizando a Tábua de Mortalidade “AT-2000M”, Taxa de Juros de 6% ao ano (0,486755% a.m.) e 12 contribuições e 12 benefícios por ano, a contribuição mensal será de
- (A) R\$ 1.358,29  
 (B) R\$ 1.239,23  
 (C) R\$ 1.150,85  
 (D) R\$ 1.121,90  
 (E) R\$ 1.102,35

**Legislação Atuarial**

81. A Lei Complementar nº 108, de maio de 2001, obrigou as Entidades de Previdência Complementar, patrocinadas pelo Poder Público e suas Empresas, a ter Estrutura Organizacional e quorum máximo no Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria-Executiva. Essa composição está contida em:

	<b>Conselho Deliberativo (integrado, de forma paritária, por representantes dos participantes, assistidos e patrocinadores)</b>	<b>Conselho Fiscal (integrado, de forma paritária, por representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos)</b>	<b>Diretoria-Executiva (definida em função do patrimônio da entidade e do número de participantes, inclusive assistidos)</b>
A	Máximo 4	Máximo 4	Máximo 4
B	Máximo 6	Máximo 4	Máximo 6
C	Máximo 6	Máximo 6	Máximo 6
D	Máximo 6	Máximo 4	Máximo 4
E	Máximo 4	Máximo 4	Máximo 6

82. As Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC regidas, basicamente, pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de maio de 2001, foram obrigadas a contemplar em seus Planos de Benefícios a figura dos “Institutos”. São eles:
- (A) Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade, Resgate de suas contribuições e Aposentadoria Antecipada.  
 (B) Portabilidade Resgate de suas contribuições Aposentadoria Antecipada e Autopatrocínio.  
 (C) Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade, Resgate de suas contribuições e Autopatrocínio.  
 (D) Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade, Aposentadoria Antecipada e Autopatrocínio.  
 (E) Resgate de suas contribuições, Portabilidade, Aposentadoria Antecipada e Aposentadoria Postergada.
83. Conforme a Portaria MPAS nº 4.992, de 5 de fevereiro de 1999, e suas alterações posteriores, as Avaliações Atuariais de Planos de Benefícios oferecidos pelos Regimes Próprios de Previdência Social devem observar, no mínimo, as seguintes hipóteses:
- (A) Taxa real de juros máxima de 6% ao ano; Taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira: mínima de 1% ao ano; Rotatividade máxima de 1% ao ano, ou outra taxa, desde que devidamente justificada e baseada nas características da massa de servidores pertencentes ao regime previdenciário avaliado.  
 (B) Taxa real de juros máxima de 6% ao ano; Taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira: mínima de 1% ao ano; Rotatividade máxima de 0% ao ano, ou outra taxa, desde que devidamente justificada e baseada nas características da massa de servidores pertencentes ao regime previdenciário avaliado.  
 (C) Taxa real de juros máxima de 5% ao ano; Taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira: mínima de 0% ao ano; Rotatividade máxima de 1% ao ano, ou outra taxa, desde que devidamente justificada e baseada nas características da massa de servidores pertencentes ao regime previdenciário avaliado.  
 (D) Taxa real de juros máxima de 6% ao ano; Taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira: mínima de 0% ao ano; Rotatividade máxima de 2% ao ano, ou outra taxa, desde que devidamente justificada e baseada nas características da massa de servidores pertencentes ao regime previdenciário avaliado.  
 (E) Taxa real de juros máxima de 5% ao ano; Taxa real de crescimento da remuneração ao longo da carreira: mínima de 0% ao ano; Rotatividade máxima de 1,5% ao ano, ou outra taxa, desde que devidamente justificada e baseada nas características da massa de servidores pertencentes ao regime previdenciário avaliado.

84. Conforme a Portaria MPAS nº 4.992, de 5 de fevereiro de 1999 e suas alterações posteriores, as Avaliações Atuariais de Planos de Benefícios oferecidos pelos Regimes Próprios de Previdência Social devem observar, em função do evento gerador, as Tábuas Biométricas Referenciais de
- (A) Sobrevivência – AT-83 (MALE), como limite máximo de taxa de mortalidade;  
Mortalidade – AT-83 (MALE), como limite mínimo de taxa de mortalidade;  
Entrada em Invalidez – Álvaro Vindas, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez; e  
Mortalidade de Inválidos – experiência IAPC, como limite máximo de taxa de mortalidade.
- (B) Sobrevivência – AT-83 (MALE), como limite máximo de taxa de mortalidade;  
Mortalidade – AT-83 (MALE), como limite mínimo de taxa de mortalidade;  
Entrada em Invalidez – TASA 1927, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez; e  
Mortalidade de Inválidos – experiência IAPC, como limite máximo de taxa de mortalidade.
- (C) Sobrevivência – AT-49 (MALE), como limite máximo de taxa de mortalidade;  
de Mortalidade – AT-49 (MALE), como limite mínimo de taxa de mortalidade;  
de Entrada em Invalidez – TASA 1927, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez; e  
de Mortalidade de Inválidos – experiência IAPB, como limite máximo de taxa de mortalidade.
- (D) Sobrevivência – AT-2000 (MALE), como limite máximo de taxa de mortalidade;  
de Mortalidade – AT-2000 (MALE), como limite mínimo de taxa de mortalidade;  
de Entrada em Invalidez – Álvaro Vindas, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez; e  
Mortalidade de Inválidos – experiência IAPB, como limite máximo de taxa de mortalidade.
- (E) Sobrevivência – AT-49 (MALE), como limite máximo de taxa de mortalidade;  
de Mortalidade – AT-49 (MALE), como limite mínimo de taxa de mortalidade;  
de Entrada em Invalidez – Álvaro Vindas, como limite mínimo de taxa de entrada em invalidez; e  
de Mortalidade de Inválidos – experiência IAPC, como limite máximo de taxa de mortalidade.

85. Conforme a Lei Complementar Estadual nº 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais, em seu artigo 8º estabelece que as condições de aposentadoria a que faz jus o servidor integrante do Regime Próprio de Previdência Social, exceto se por invalidez ou compulsória, se dão da seguinte forma:

*“I – Voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, cumpridos os seguintes requisitos (...)”*

Os requisitos a que o artigo da citada Lei se refere são:

- I. 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher.
- II. 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 35 de contribuição, se mulher.
- III. 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se homem, e 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, se mulher, para o professor que comprove tempo de efetivo exercício exclusivamente das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- IV. 53 anos de idade e 30 anos de contribuição, se homem, e 48 anos de idade e 25 anos de contribuição, se mulher, para o professor que comprove tempo de efetivo exercício exclusivamente das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- V. 65 anos de idade, se homem e 60 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- VI. 60 anos de idade, se homem, e 58 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e VI.
- (D) II, III e VI.
- (E) IV, V e VI.

86. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 64, de 25 de março de 2002, em seu artigo 6º, são assegurados pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Minas Gerais ao segurado os benefícios de aposentadoria,
- (A) licença para tratamento de saúde, licença-maternidade e abono-família, e, ao dependente, pensão por morte e auxílio-reclusão.
  - (B) licença para tratamento de saúde, licença-maternidade e abono-família, e, ao dependente, pensão por morte; auxílio-funeral e auxílio-reclusão.
  - (C) licença-maternidade e abono-família, e, ao dependente, pensão por morte, auxílio-funeral e auxílio-reclusão.
  - (D) licença para tratamento de saúde e licença-maternidade, e, ao dependente, pensão por morte e auxílio-reclusão.
  - (E) licença para tratamento de saúde; abono-família, e, ao dependente, pensão por morte; e auxílio-reclusão.

87. Considere as afirmativas:

- I. cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada
- II. proteção à maternidade, especialmente à gestante
- III. proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário
- IV. salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda
- V. pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º
- VI. assistência à saúde dos segurados de baixa renda
- VII. bolsa família para os dependentes dos segurados de baixa renda

O artigo 201 da Constituição Federal, com a redação dada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, que dispõe sobre uma nova forma de organização da Previdência Social, estabelece:

*"Art. 201 – A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a (...)"*

Desta forma relacionam-se ao Art. 201 APENAS os atendimentos expressos em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, IV, V e VI.
- (C) II, IV, V e VI.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) IV, V, VI e VII.

88. Considerando o disposto no Art. 2º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e suas alterações, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos regimes próprios de Previdência Social NÃO pode ser inferior ao
- (A) dobro do valor da contribuição do segurado nem superior ao triplo dessa contribuição.
  - (B) valor da contribuição do segurado nem superior ao triplo dessa contribuição.
  - (C) valor da contribuição do segurado nem superior ao dobro dessa contribuição.
  - (D) dobro do valor da contribuição do segurado nem superior ao quádruplo dessa contribuição.
  - (E) valor da contribuição do segurado nem superior ao quádruplo dessa contribuição.

89. A Lei nº 9.796, de 05/05/1999, Lei Haully, dispõe sobre a compensação financeira entre os Regimes de Previdência Social e, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição, o artigo 2º, para os efeitos de aposentadoria, considera o regime de origem e o regime instituidor. O primeiro estabelece o regime previdenciário ao qual
- (A) o dependente ou herdeiro esteve vinculado, sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão; e o segundo, o regime previdenciário responsável pela transferência de valores para o regime de origem, e a contagem do seu tempo contribuição para efeito de aposentadoria.
  - (B) o dependente ou herdeiro esteve vinculado, sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão; e o segundo, o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
  - (C) o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes; e o segundo, o regime previdenciário responsável pela transferência de valores para o regime de origem, e a contagem do seu tempo contribuição para efeito de aposentadoria.
  - (D) o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes; e o segundo, o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
  - (E) responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem; e o segundo, o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.
- 
90. Considerando o disposto no artigo 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e suas alterações, aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que falecerem a partir da data da publicação dessa Lei, será concedido o benefício de pensão por morte igual a totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de
- (A) 90% da parcela excedente a este limite.
  - (B) 80% da parcela excedente a este limite.
  - (C) 70% da parcela excedente a este limite.
  - (D) 60% da parcela excedente a este limite.
  - (E) 50% da parcela excedente a este limite.
- 

#### Controle Externo

91. O controle Externo, exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, está a cargo
- (A) da Câmara dos Deputados.
  - (B) do Supremo Tribunal Federal.
  - (C) da Controladoria Geral da União.
  - (D) do Senado Federal.
  - (E) do Congresso Nacional.
- 
92. Dentre as competências do Tribunal de Contas da União, NÃO se inclui
- (A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
  - (C) administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.
  - (D) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
  - (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.
-

93. Considere as assertivas abaixo:

- I. Os Conselheiros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que possuam, entre outros requisitos, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- II. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

94. Conforme artigo 32 da Lei Complementar nº 33, de 28/06/1994, quanto à receita, NÃO compete ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

- (A) fiscalizar os atos referentes à receita pública relativamente à legalidade, legitimidade e economicidade.
- (B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse do Estado e dos Municípios.
- (C) inspecionar o serviço de revisão dos balancetes mensais das repartições arrecadadoras e quaisquer responsáveis, a fim de verificar se a arrecadação e a classificação da receita se conformam com as determinações legais.
- (D) emitir parecer prévio, se solicitado pelo Poder Legislativo, sobre empréstimo ou operação de crédito realizado pelo Estado ou pelo Município.
- (E) verificar a regularidade das cauções.

95. Conforme artigo 39 da Lei Orgânica do TCE-MG, os resultados gerais do exercício financeiro serão demonstrados, nos termos da lei, no

- (A) Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.
- (B) Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado Nominal.
- (C) Balanço Fiscal, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.
- (D) Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.
- (E) Balanço Consolidado e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais e seus desdobramentos.

96. Considere as assertivas abaixo, em relação à Lei Orgânica do TCE-MG.

- I. Somente os Poderes Legislativo e Executivo deverão manter, de forma integrada, sistema de controle interno.
- II. Uma das finalidades do sistema de controle interno é apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão constitucional.
- III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas no prazo de 15 dias úteis, sob pena de responsabilidade solidária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

97. Conforme artigo 73 da Lei Complementar nº 33 de 28/06/94, em todos os processos referentes à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial e, ainda, nos recursos, o Tribunal deliberará por
- (A) Provimento.
  - (B) Instrução.
  - (C) Acórdão.
  - (D) Parecer.
  - (E) Resolução.
- 
98. NÃO constam no rol de aspectos a serem considerados no julgamento das contas dos gestores sujeitos a jurisdição do Tribunal de Contas
- (A) as nomeações para cargos em comissão.
  - (B) as receitas arrecadadas em confronto com as previstas, segundo a Lei Orçamentária.
  - (C) os movimentos de Restos a Pagar, Depósitos em Geral, Encargos Gerais, Reservas de Contingência e outras despesas extra-orçamentárias.
  - (D) as mutações patrimoniais do exercício, ativas e passivas.
  - (E) as demonstrações discriminativas das contas inscritas no balanço patrimonial.
- 
99. Conforme Instrução Normativa nº 01/2002 do TCE-MG, constituem fatos determinantes para a instauração de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Administração direta e indireta, estadual e municipal:
- I. Omissão no dever de prestar contas.
  - II. Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
  - III. Apresentação de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres.
  - IV. Ocorrência de déficit apurado no Balanço Orçamentário.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
  - (B) II e III.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) I e III.
  - (E) I e II.
- 

100. Considere as seguintes ocorrências:

- I. Grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- II. Falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- III. Desfalque, peculato, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

As contas serão julgadas irregulares, conforme artigo 44 da Lei Orgânica do TCE-MG, se comprovada a ocorrência constante APENAS em

- (A) I e III.
  - (B) II e III.
  - (C) I e II.
  - (D) II.
  - (E) I.
-